

Fisioter Bras 2021;22(93);346-364

Doi: [10.33233/fb.v22i93.4615](https://doi.org/10.33233/fb.v22i93.4615)

ARTIGO ORIGINAL

Saúde da população LGBTQ+: a formação em fisioterapia no cenário dos direitos humanos

Health of LGBTQ+ population: education in physiotherapy in the human rights scenario

Gabriel Paz de Lima*, Ana Cristina Vidigal Soeiro, D.Sc.** , Soanne Chyara Soares Lira, D.Sc.***

**Fisioterapeuta formado pela Universidade do Estado do Pará (UEPA),*

***Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA), ***Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA)*

Recebido em 3 de abril de 2021; aceito em 24 de junho de 2021.

Correspondência: Gabriel Paz de Lima, Passagem Dalva 601, Marambaia, 66615-080 Belém PA

Gabriel Paz de Lima: gabriel-lima-@hotmail.com

Ana Cristina Vidigal Soeiro: acsoeiro1@gmail.com

Soanne Chyara Soares Lira: soanne.chyara@gmail.com

Resumo

Introdução: A universalidade, a equidade e a integralidade são os pilares do Sistema Único de Saúde que normatizam o acesso à saúde no país. Dentro do escopo da integralidade, está a assistência à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT+), que ainda é vitimada pelo preconceito e discriminação no atendimento de suas demandas em saúde. No campo da Fisioterapia, é necessário dar evidência a essa temática como uma estratégia de visibilidade e problematização sobre a necessidade do respeito à diversidade sexual e de gênero. *Objetivo:* Discutir o papel da formação acadêmica em Fisioterapia no atendimento às demandas em saúde da população LGBTQ+.

Métodos: Trata-se de um estudo do tipo exploratório, transversal e descritivo, realizado com estudantes de graduação em Fisioterapia por meio de um questionário. *Resultados:* Os resultados apontaram lacunas em relação à temática na formação acadêmica, indicando a necessidade de inclusão de conteúdos acadêmicos relacionadas à saúde da população LGBTQ+ na graduação em Fisioterapia. *Conclusão:* Os conteúdos acadêmicos relacionados à saúde da população LGBTQ+ são escassos durante a graduação em Fisioterapia. Esta é uma realidade que necessita ser reformulada, pois pode tornar-se um ambiente favorável à desconstrução de dúvidas e preconceitos, além do preparo para a assistência.

Palavras-chave: Fisioterapia; direitos humanos; minorias sexuais e de gênero; educação superior.

Abstract

Introduction: Universality, equity and comprehensiveness are the pillars of the Unified Health System that regulate access to health in Brazil. Within the scope of comprehensiveness, there is assistance to the Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender (LGBT+) population, who are still victimized by prejudice and discrimination in meeting their health demands. In the field of Physical therapy, it is necessary to give evidence to this theme as a strategy of visibility and questioning about the need to respect sexual and gender diversity. *Objective:* To discuss the role of academic education in Physical therapy in meeting the health demands of the LGBTQ+ population. *Methods:* It is exploratory, cross-sectional and descriptive study, conducted with Physical therapy students through a questionnaire. *Results:* The results showed gaps in relation to the theme in academic education, indicating the need to include academic content related to health of the LGBTQ+ population in undergraduate Physical therapy. *Conclusion:* Academic content related to health of the LGBTQ+ population is punctual and rare during the Physical therapy undergraduate course. This is a reality that needs to be reformulated, as it can become a favorable environment for deconstructing doubts and prejudices, in addition to preparing for assistance.

Keywords: Physical Therapy Specialty; human rights; sexual and gender minorities; higher education.

Introdução

O acesso à saúde é estabelecido e determinado por vários documentos nacionais e internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos [1], a Declaração de Alma-Ata [2], e a Constituição Brasileira de 1988, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), configurado como uma das maiores conquistas nacionais [3]. No Brasil, apesar de tais conquistas, a garantia do direito à saúde ainda é marcada por muitos desafios que precisam ser problematizados no âmbito das práticas e da educação em saúde, de modo que a integralidade, equidade e justiça de fato se operacionalizem no cotidiano dos serviços.

Dentro do escopo da integralidade, um dos princípios doutrinários do SUS está a assistência à população em suas necessidades específicas. Como exemplo, cita-se a assistência à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT+), que engloba o combate a todas as formas de violência contra esse grupo, enfrentamento da LGBTfobia, reconhecimento e respeito ao uso do nome social, além de assistência multiprofissional às necessidades de saúde [4,6].

Há várias normatizações que orientam a assistência a indivíduos LGBT+, como os Princípios de Yogyakarta, um amplo espectro de normas de direitos humanos, com aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero [5], a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT+), a qual operacionaliza as estratégias e metas nas esferas do governo brasileiro [6], além de vários decretos, leis e programas. Entretanto, nem sempre essa assistência se dá na forma ideal. O Brasil ainda é um dos campeões em assassinatos de pessoas LGBT+, violência de gênero e preconceito [7], o que traz à tona a necessidade de maior problematização sobre a temática.

Nesse cenário, a Fisioterapia tem ofertado inúmeras contribuições, tanto no plano individual quanto coletivo, por meio de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação, priorizando a melhora da qualidade de vida, sem discriminação de qualquer forma ou pretexto, segundo os princípios do sistema de saúde vigente no Brasil [8]. Assim, é esperado que os profissionais já sejam formados no sentido de contribuir para a consolidação

das conquistas sociais e legais que legitimam o acesso integral à saúde, especialmente aqueles relacionados à população LGBT+, assunto que precisa ser debatido ao longo da trajetória universitária dos futuros fisioterapeutas.

Sabe-se que a formação de um profissional ético, humanizado e atento às demandas da sociedade vai ao encontro do compromisso social da profissão, o que demanda o fortalecimento do papel social e político dos profissionais rumo a um maior protagonismo na construção de novos paradigmas de atenção em saúde, incluindo a integralidade em ações para a saúde da população LGBT+ [9].

Considerando a relevância de tais discussões no cenário dos direitos humanos, o presente estudo foi projetado com o objetivo de discutir o papel da formação acadêmica em Fisioterapia no atendimento às demandas em saúde da população LGBT+. Trata-se de uma estratégia para dar visibilidade à temática e assim contribuir para novas estratégias de enfrentamento e melhoria das condições de atenção à saúde a essa população, com ênfase nas contribuições que a Fisioterapia tem a ofertar neste contexto.

Material e métodos

A pesquisa foi realizada conforme as Resoluções 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais regulamentam nacionalmente as pesquisas envolvendo seres humanos. Em atendimento às recomendações, o estudo somente teve início após aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob parecer número 3.766.237.

Trata-se de um estudo exploratório do tipo quantitativo e analítico-descritivo, realizado com estudantes do curso de Fisioterapia da Universidade do Estado do Pará (UEPA), regularmente matriculados do 2º ao 5º ano nos campi de Belém e Santarém, durante o período em que foi realizada a pesquisa.

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário semiestruturado com aplicação online, por meio do uso da plataforma Google Forms. O instrumento continha informações sobre dados pessoais, inclusão da temática na formação acadêmica, conhecimento dos dispositivos éticos e legais sobre direito à saúde e preparo pessoal e acadêmico frente à temática. No questionário, foram utilizadas perguntas abertas e fechadas, e em algumas delas,

utilizou-se o modelo de escala do tipo Likert, que especifica o nível de concordância do participante com uma determinada afirmação.

O estudo foi dividido em três etapas. Na primeira fase, após a aprovação no CEP, foi realizado um levantamento do quantitativo de alunos matriculados, quando foi disponibilizado o acesso aos participantes por parte da coordenação do curso. Durante essa fase, também foi realizado o acesso ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Na segunda etapa, foi feito o convite para participação na pesquisa segundo os critérios de inclusão e exclusão, e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguida do preenchimento do questionário online. A última etapa incluiu a organização, tabulação, análise e descrição dos resultados, realizado com uso do programa Microsoft Excel 2019®.

Resultados

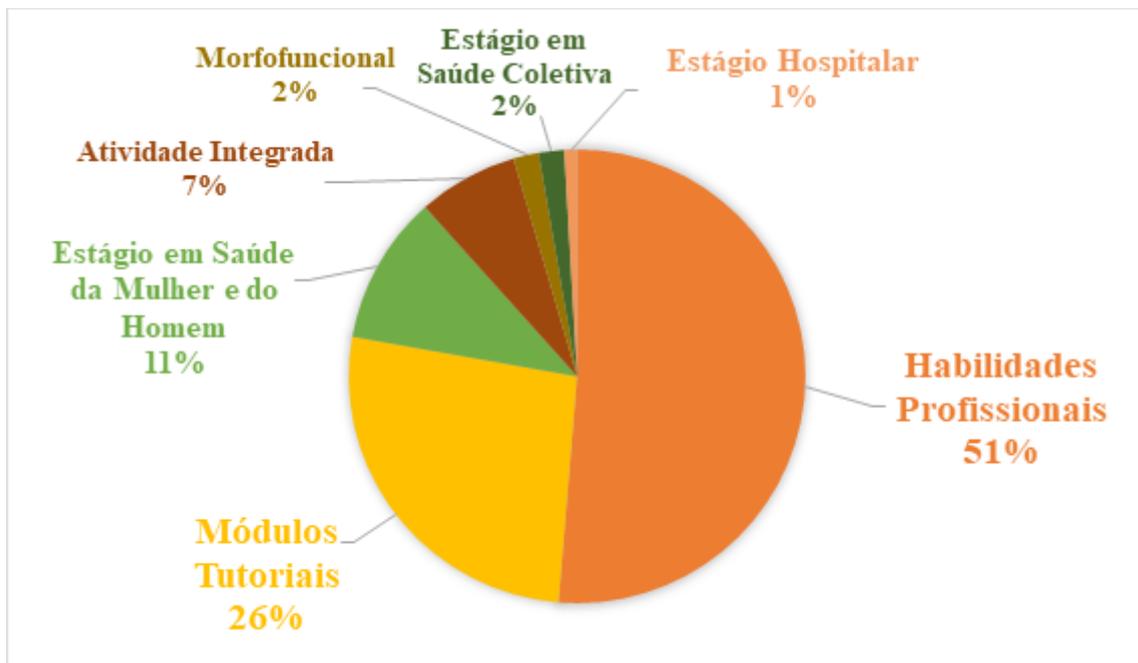
A amostra foi composta de 177 participantes com mais de 18 anos, com média de idade de 20,9 ($\pm 2,1$), sendo 66,1% pertencentes ao campus Belém e 33,9% ao campus Santarém. Os dados sociodemográficos podem ser observados na Tabela I.

Tabela I - Características sociodemográficas dos participantes

Variáveis	Total de respostas	
Ano de ingresso	177	
2019		25,9%
2018		25,5%
2017		22,0%
2016		19,2%
2015		5,7%
2014		1,7%
Etnia	177	
Parda		64,5%
Branca		24,3%
Negra		9,0%
Amarela		1,7%
Cafuza		0,5%
Indígena		0,0%
Gênero	177	
Feminino		70,0%
Masculino		29,4%
Não-binário		0,6%
Travesti		0,0%
Orientação sexual	177	
Heterossexual		75,7%
Bissexual		13,0%
Homossexual		7,3%
Panssexual		3,4%
Demissexual		0,6%
Assexual		0,0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

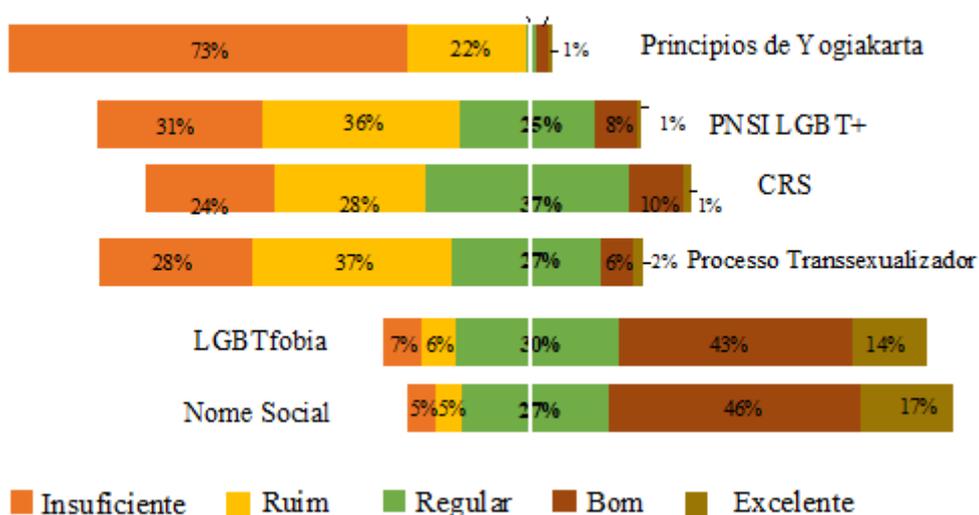
Quando questionados se conteúdos relacionados aos direitos da população LGBT+ são abordados na graduação em Fisioterapia, 84,2% responderam Raramente ou Nunca. Dentre os que responderam afirmativamente (15,8%), 44,8% responderam que tais assuntos foram abordados no 1º ano de curso, 23% no 2º ano, 18,2% no 3º ano, 11,9% no 4º ano e 2,1% no último ano de graduação. A Figura 1 relaciona em quais eixos e disciplinas esses conteúdos foram abordados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Figura 1 – Eixos e disciplinas que abordaram a saúde LGBT+ no curso de Fisioterapia

Investigou-se também o grau de conhecimento dos estudantes sobre os seguintes temas: Princípios de Yogyakarta, Política Nacional de Saúde Integral LGBT+, Cirurgia de Redesignação Sexual (CRS), Processo Transsexualizador, Nome Social e LGBTfobia (Figura 2).



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Figura 2 – Conhecimento dos estudantes do curso de Fisioterapia sobre temas pertinentes a saúde LGBTQ+

No que concerne à percepção dos participantes, apesar dos avanços ocorridos nos últimos anos, os direitos da população LGBTQ+ ainda são desrespeitados em alguns cenários, sendo necessário o aumento de ações educativas e medidas punitivas sobre o tema. Ademais, foi citada a fraca representatividade dessa parcela da população em órgãos governamentais, fato que enfraquece a formulação de políticas públicas, perpetuando assim as dificuldades enfrentadas na assistência universal e integral a esses indivíduos.

Conforme demonstrado na Tabela II, 19,8% dos estudantes afirmaram ter conhecimento de ações desenvolvidas por órgãos governamentais em defesa da população LGBTQ+, e a ação mais citada pelos participantes foi a adoção do nome social.

Do total de estudantes, 86,4% concordaram que o curso de graduação em Fisioterapia tem uma abordagem voltada a uma formação tecnicista, com pouca ênfase em temas sociais. Além disso, 96% concordaram que a discussão sobre a saúde da população LGBTQ+ ainda é muito escassa na formação acadêmica, e 98,3% concordaram que a Fisioterapia precisa ampliar o debate sobre os direitos da população LGBTQ+, como estratégia de enfrentamento ao preconceito e discriminação.

Tabela II – Conhecimento de ações desenvolvidas por órgãos governamentais em defesa da população LGBT+

Variável	Total de respostas	%
Ações desenvolvidas por órgãos governamentais em defesa da população LGBT+	35	
Nome social	18	37,5%
Processo Transsexualizador	5	10,5%
Casamento homoafetivo	5	10,5%
Criminalização da LGBTfobia	4	8,2%
Programas de combate a homofobia	3	6,2%
PNSI LGBT+	2	4,1%
Conselho de direitos LGBT	2	4,1%
Sistema Nacional LGBT	1	2,1%
Direito a igualdade LGBT	1	2,1%
Feira de empreendedorismo LGBT	1	2,1%
Mutirão de casamentos LGBT	1	2,1%
Conferências	1	2,1%
Programas de integração e representatividade	1	2,1%
Dia de luta contra a LGBTfobia	1	2,1%
Adoção para casais homoafetivos	1	2,1%
Conselho Municipal de Saúde de Santarém – Associação LGBT	1	2,1%

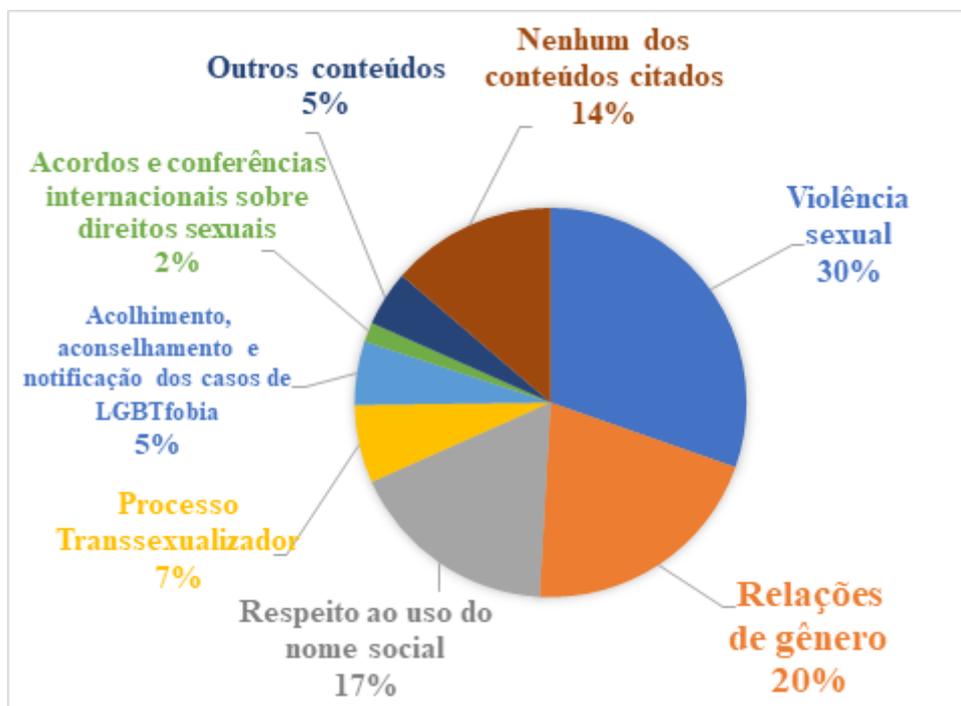
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nas respostas obtidas, observou-se que a abordagem do tema na graduação ainda é realizada de forma bastante incipiente e pontual. Em grande medida, o contato com o tema ocorre por meio de experiências pessoais ou debates realizados por ligas acadêmicas, centros acadêmicos e outras atividades extracurriculares. Outrossim, os participantes descreveram que, em se tratando do meio acadêmico, há pouco debate acerca das políticas públicas voltadas a saúde LGBT+. Alguns participantes acrescentaram que o curso de Fisioterapia tem buscado se distanciar de uma formação puramente tecnicista, trazendo à tona uma abordagem mais psicossocial e humanizada, porém a ênfase na temática ainda é bastante rara em relação a outros conteúdos acadêmicos.

Do total de participantes, 98,3% concordam que a introdução de conteúdos voltados aos direitos da população LGBT+ é importante para sensibilizar os futuros profissionais, entretanto, 77,4% relataram que o curso não oferece condições para que o aluno se sinta preparado para atuar profissionalmente no atendimento às demandas em saúde da população LGBT+. Dentre os participantes, apenas 41,2% dos acadêmicos se sentem preparados para atender ao público LGBT+

No que tange à compreensão de conceitos como gênero, identidade de gênero e orientação sexual, 87% dos alunos relataram ter conhecimento sobre

o significado das expressões. A Figura 3 apresenta um demonstrativo dos conteúdos relacionados ao tema e que haviam sido contemplados até aquele momento na formação em Fisioterapia.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Figura 3 – Conteúdos da temática abordados ao longo do curso de graduação em Fisioterapia

Os participantes foram indagados acerca de situações de LGBTfobia ocorridos dentro da universidade. Do total, 22% dos estudantes afirmaram que já haviam presenciado essa situação, conforme a Tabela III.

Tabela III – Situações de LGBTfobia dentro da universidade

Pergunta	Respostas	
Você já presenciou alguma situação de preconceito e/ou discriminação por parte de professores do curso em relação à população LGBT+?	Nunca presenciei	67,8%
	Raramente	15,8%
	Pouca frequência	13,6%
	Frequentemente	2,8%
	Sempre	0,0%
Você já presenciou alguma situação de preconceito e/ou discriminação por parte de alunos do curso em relação à população LGBT+?	Nunca presenciei	65,5%
	Raramente	15,3%
	Pouca frequência	14,1%
	Frequentemente	4,5%
	Sempre	0,6%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Discussão

Marinho [10] faz uma reflexão sobre a qualificação dos profissionais de saúde, no âmbito da formação acadêmica, para o atendimento à população LGBT+, segundo os princípios do SUS e da PNSI LGBT+. A autora relata que apesar de existirem avanços, ainda são muito recorrentes os episódios de preconceito e discriminação nos serviços de saúde, o que pode ser justificado pelo desconhecimento e despreparo dos profissionais para lidar com as necessidades dessa população, particularmente no que tange ao reconhecimento da diversidade e dos direitos sexuais. Vale dizer que, na presente pesquisa, mais de 80% dos participantes declararam que não houve inclusão de temáticas relacionadas à saúde da população LGBT+ durante a formação acadêmica.

Como retrato da escassa abordagem de tais assuntos na formação em saúde, exemplifica-se o estudo de Tavares *et al.* [11], no qual foi avaliado o nível de conhecimento de 202 estudantes da área da saúde acerca da PNSI LGBT+. Do total, 43 participantes eram estudantes de Fisioterapia. Dentre os achados, observou-se que apenas 29% relataram conhecer a política, e 57% destes, adquiriram esse conhecimento por meio de fontes externas à academia, à semelhança do presente estudo, já que apenas 8,5% dos participantes declararam ter um conhecimento bom ou excelente sobre a política.

Cabe também destacar que, no mesmo estudo, os autores investigaram a inserção de temáticas relacionadas à saúde da população LGBT+, 84% dos participantes afirmaram que tais temáticas não haviam sido abordadas, resultado que também corrobora os dados da pesquisa, haja vista que a maioria dos participantes respondeu negativamente a esse questionamento.

Gomes [12], ao realizar um estudo em instituições de ensino superior públicas do estado do Rio Grande do Norte, também analisou a inserção das temáticas de gênero, sexo e orientação sexual na formação em saúde, incluindo a Fisioterapia. Com a participação de 483 estudantes, a pesquisa constatou a abordagem de alguns temas direcionados à saúde LGBT+, observando a maior presença de conteúdos relacionados à saúde das pessoas transexuais e travestis, do que aqueles relacionados à PNSI LGBT+. Conforme demonstrado nos resultados, temáticas incluindo relações de gênero e uso do nome social e

processo transsexualizador foram mencionados com maior frequência pelos participantes. Ademais, os estudantes que haviam tido acesso e participação em movimentos sociais e se autodeclararam como LGBTQ+ demonstraram mais familiaridade com a temática.

Ao analisar os achados do estudo, observa-se que a formação acadêmica pode e deve ser enriquecida por experiências individuais, as quais facilitam não só o acesso a informações, mas também atitudes diferenciadas em relação ao tema, favorecendo a superação das lacunas existentes nos componentes curriculares. Entretanto, é necessário que as atividades acadêmicas possam também estimular a reflexão e problematização de assuntos relacionados à saúde da população LGBTQ+ e sua relação com as políticas públicas. Vale dizer que no presente estudo, somente 19,8% conheciam ações governamentais realizadas em defesa dessa população, o que indica a necessidade de fortalecer e ampliar o debate sobre a relação do tema com os direitos humanos, incluindo o direito à saúde.

Ferreira *et al.* [13] realizaram uma análise do acesso e da atenção integral na rede do SUS, na perspectiva da diversidade do gênero. Em relação à população lésbica, as barreiras encontram-se no acesso aos serviços de saúde e no atendimento ginecológico; para os homens gays, apontam-se fragilidades ao acesso para aqueles com comportamentos afeminados. No que tange às travestis, a equidade do cuidado, por meio de ambulatórios específicos, foi apontada com uma estratégia essencial a ser abordada; e, para as pessoas transsexuais, o uso do nome social revelou-se como primordial na rotina dos serviços de saúde. Além disso, pessoas transgêneros sofrem discriminação e constrangimento em função do desconhecimento e desrespeito de seus direitos, o que aumenta sua condição de vulnerabilidade, neste caso, resultado de concepções heteronormativas e morais, fundadas em estigma e preconceito.

Como consequência desse cenário de desrespeito aos direitos humanos, a população LGBTQ+ experencia grandes obstáculos ao acesso em saúde [14]. Pesquisas destacam repercussões negativas na saúde mental, como taxas de suicídio mais elevadas [15], e também na saúde física, sendo maiores as chances de desenvolverem doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e outras comprometimentos [16,17].

Ross e Setchell [18] realizaram um estudo com 108 pessoas com o objetivo de identificar as experiências da população LGBTQ+ em consultas fisioterapêuticas. Como resultado, os autores descreveram comportamentos de discriminação e falta de conhecimento sobre questões de saúde de pessoas transgêneros, com prejuízos na qualidade do atendimento prestado e da assistência, deixando-os incomodados. Além de várias situações constrangedoras relatadas, o medo da discriminação também foi relatado pelos autores, já que muitos pacientes tinham receio de expor suas queixas por medo de represálias, mesmo quando fossem relevantes.

Entrevistas realizadas em um estudo que contou com a participação de 15 transsexuais de Campo Grande (MS) revelaram as percepções dos participantes a respeito da atuação dos profissionais dos estabelecimentos de saúde em relação ao acolhimento [19]. Do total de participantes, 11 relataram episódios de desconhecimento, despreparo e não utilização do nome social, apesar de seu uso estar previsto na esfera da administração pública federal, de acordo com o decreto Nº 8.727, de 2016 [20], além de ser descrito na Carta dos Direitos dos Usuários de Saúde [21] e na Portaria Nº 2.836, de 2011, [22], que instituiu a PNSI LGBTQ+ [6].

Em comparação aos resultados da presente pesquisa, o conhecimento e adoção do nome social foi bastante evidente, pois 56,6% dos estudantes relatam ter um conhecimento bom ou excelente sobre o tema, porém, apenas 17% declararam que o assunto havia sido abordado ao longo da graduação, o que representa um quantitativo insuficiente, em se tratando de um direito assegurado no ordenamento jurídico brasileiro.

De modo geral, o acesso à saúde pela população trans no Brasil ainda é um desafio a ser superado. Rocon *et al.* [23], por meio de uma revisão integrativa, constataram inúmeros desafios ao acesso da população transgênero ao SUS, destacando-se a discriminação, a patologização da transexualidade, a falta de qualificação dos profissionais, o acolhimento inadequado, a escassez de recursos para o financiamento de políticas e programas voltados ao combate à discriminação homofóbica e trans-travestifóbica, além da ausência de serviços específicos, tal como o processo transsexualizador. Cabe mencionar que, na presente pesquisa, somente 19,8% dos participantes conheciam as ações governamentais que têm sido desenvolvidas em atendimento às necessidades

em saúde da população LGBT+, fato que produz um cenário de invisibilização das medidas de enfrentamento para os problemas enfrentados.

Nesse cenário, torna-se imprescindível a identificação e reflexão acerca dos preconceitos e discriminações enfrentados pela população LGBT+ nas instituições e nos serviços de saúde. O Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas – Promoção da Equidade e da Integralidade [24] apresenta dados que evidenciam as desigualdades de acesso aos serviços de saúde pelas mulheres lésbicas e bissexuais. Com relação às mulheres que procuram serviços de saúde, cerca de 40% não revelam sua orientação sexual, e das que revelam, 28% afirmaram preferir maior rapidez no atendimento médico e 17% relataram que os médicos deixam de solicitar exames que para elas são considerados necessários, evidenciando um “tabu” que ainda persiste no que tange à orientação sexual de mulheres em consultas ginecológicas. Além disso, patologias como o câncer de mama e de colo de útero são agravadas devido à baixa utilização dos serviços de saúde por essas mulheres. Entre os fatores associados que geram o adoecimento, nota-se o uso abusivo de drogas ilícitas, tabaco, álcool e o grande sofrimento psíquico [25]. De modo geral, tais evidências sugerem que a desinformação e o preconceito podem ocasionar, como um de seus desdobramentos, a dificuldade de acesso a bens e serviços em saúde.

Em relação às travestis e aos transexuais, Costa *et al.* [26] discutem a grande dificuldade na utilização dos banheiros públicos que levam, conseqüentemente, a frequentes problemas urinários. Ademais, muitos indivíduos sentem-se receosos e constrangidos em procurar os serviços públicos, por conta da não utilização do nome social pelos profissionais. Há também casos em que esta população sofre complicações em decorrência de procedimentos e cirurgias, além do uso indiscriminado de hormônios e aplicação de silicone industrial, muitas vezes clandestinamente.

No que concerne à formação em saúde, a educação sexual mostra-se ordenada em um modelo cisgênero, heteronormativo e organicista, promovendo uma visão reducionista e simplista da sexualidade e identidade de gênero, com ênfase em aspectos reprodutivos e patológicos [27]. A inserção de tais assuntos na formação em saúde objetiva a oferta de conhecimentos, sensibilização para a mudança de atitudes, desenvolvimento de habilidades para assistir o indivíduo

em suas necessidades de saúde, além de promover o atendimento integral, a humanização em saúde e a garantia dos direitos humanos [28].

Os achados obtidos com a presente pesquisa demonstraram que é preciso aprofundar as discussões sobre a formação do fisioterapeuta e o seu papel social e político na construção de novos paradigmas de atenção em saúde, incluindo a integralidade em suas ações [9]. O fato de mais de 90% dos participantes terem afirmado que a abordagem dessas temáticas ao longo da formação acadêmica precisa ser ampliada, demonstra que há uma sensibilização para com a temática. Cabe ressaltar que, apesar de reconhecerem a importância da inclusão de temáticas voltadas à saúde da população LGBT+, 41,2% dos participantes não se sentiam preparados para atender a essa população.

O PPC do curso de Fisioterapia da UEPA [29] foi reformulado em 2016 e, desde então, adota as metodologias ativas como estratégia metodológica da formação em saúde. Alguns temas sobre saúde LGBT+ estão previstos no PPC, como a sexualidade, identidade sexual e políticas públicas de saúde à atenção integral ao homem e mulher, incluindo a perspectiva de gênero, sexualidade e raça. Nessa conjuntura, os variados temas podem ser abordados por meio de discussões em grupos, os chamados Módulos Tutoriais, e das atividades teórico-práticas, por meio do eixo de Habilidades Profissionais, que engloba assuntos como ética, ciências humanas e sociais, semiologia, recursos fisioterapêuticos, dentre outros, e o eixo Morfofuncional, responsável pela abordagem da perspectiva biológica do ser humano.

Como foi possível constatar, a inclusão de tais temáticas de saúde LGBT+ foi mais acentuada nos primeiros anos do curso, particularmente nas Habilidades Profissionais e nos Módulos Tutoriais, com 51% e 26% respectivamente, demonstrando que tais eixos são propícios para debates e problematizações frente à temática. No entanto, merece destaque o fato de que a inclusão de tais temáticas tende a diminuir, à medida que o curso avança. Tal resultado precisa ser melhor compreendido, haja vista que as últimas séries representam uma oportunidade de maior integração com os serviços, e, portanto, com os usuários.

Cabe salientar que a intervenção fisioterapêutica tem importante papel na equipe multiprofissional, incluindo diversas ações, realizadas em diferentes cenários da atenção em saúde. Em pacientes que realizaram a CRS, por

exemplo, as complicações mais comuns descritas na literatura são: estenose vaginal e uretral, prolapso vaginal, disfunções sexuais e fraqueza da parede vaginal [30], condições que podem ser tratadas por meio da fisioterapia pélvica e objetivam reestabelecer a funcionalidade da região [31]. É necessário atentar-se também para queixas que o/a paciente pode ter a longo prazo, como dispareunia, queixas urinárias decorrentes da cirurgia, complicações do uso de hormônios por um período prolongado, dentre outros [32]. Entretanto, se o profissional não estiver sensibilizado para o impacto de tais condições na qualidade de vida dos usuários, sua capacidade de atenção a esse público estará limitada.

Estudos e pesquisas demonstraram que o campo de atenção e cuidado à saúde da população LGBTQ+ é vasto, o que demanda a mudança urgente nos paradigmas da formação em saúde. Certamente, o investimento em campanhas educativas, a qualificação da rede de serviços e o enfrentamento do preconceito, discriminação, violência e exclusão ainda constituem barreiras à integralidade e à humanização das práticas em saúde [33,34]. Trata-se de um espaço rico em desafios e possibilidades, no qual a Fisioterapia pode oferecer importantes contribuições, particularmente no que concerne ao direito à saúde, com o respeito e a seriedade que o tema requer.

Conclusão

A população LGBTQ+ possui especificidades e necessidades diversas em saúde, e a Fisioterapia, como área integrante da equipe multiprofissional, está incluída nesse cenário, podendo contribuir de forma significativa na assistência e suporte a essas demandas. O desrespeito ao nome social, a LGBTQfobia nos serviços de saúde e a patologização da transexualidade são algumas das barreiras enfrentadas por esta população, afetando diretamente o acesso universal, integral e equânime no âmbito da assistência em saúde. Tais problemas precisam ser interpretados como desafios à efetivação dos princípios do SUS e à defesa dos direitos humanos.

Os achados do estudo apontaram que os conteúdos acadêmicos relacionados à saúde da população LGBTQ+ são escassos na formação em Fisioterapia, ainda que algumas atividades curriculares promovam reflexões

sobre o assunto, as quais ocorrem de modo incipiente e pontual, sem aprofundamentos e problematizações. Ademais, observou-se que as atividades acadêmicas adotam um modelo cisgênero e heteronormativo, promovendo uma visão simplista da diversidade sexual e de gênero, demonstrando uma realidade que precisa ser reformulada. Nesse aspecto, práticas pedagógicas centradas nos estudantes, como as metodologias ativas, podem propiciar um ambiente favorável à desconstrução de estigmas, dúvidas, mitos e preconceitos, além da aquisição de conhecimentos e habilidades para a atenção em saúde.

O SUS possui a potência necessária para promover a cidadania da população LGBTQ+, na medida em que efetivar a universalidade do acesso, a integralidade da atenção, escuta e acolhimento, além da equidade, considerando as demandas próprias de saúde desta população. Outrossim, é primordial que os profissionais também sejam sensibilizados e capacitados para promover ações mais inclusivas e acolhedoras nos espaços de atenção à saúde, de modo a fazer valer na prática o atendimento às necessidades da população LGBTQ+.

Pretende-se que os achados do presente estudo possam impulsionar novas reflexões e debates sobre a temática ao longo da formação profissional. É necessária e urgente uma maior atenção por parte das instituições de ensino superior no que tange à temática, não só no enfrentamento e superação de atitudes discriminatórias contra a população LGBTQ+, mas também, no fortalecimento do respeito e garantia dos direitos humanos para esta população.

Financiamento

Toda a pesquisa foi realizada com financiamento próprio dos autores.

Referências

1. ONU - Organização Das Nações Unidas. Resolução ONU nº 217-A, de 10/12/1948, que estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), 1948. Available from: http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-217-1948_94854.html
2. UNICEF – United Nations International Children's Emergency Fund. Relatório da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde de Alma-Ata, URSS, 2 de setembro de 1978. Available from: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/39228/9241800011_por.pdf;jsessionid=2F49A1FF82F93718A92673288D9EDFBB?sequence=5

3. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Seção II: Da Saúde. 1988. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
4. Picazio C, Bittencourt E, Brugnera E, Araujo AR. Sexo secreto: temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: Summus; 1998. 132 p.
5. Princípios de Yogyakarta. Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos, 40 p, 2007. Available from: <http://yogyakartaprinciples.org/>
6. Brasil. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: 1 ed. Ministério da Saúde, 32 p, 2013. Available from: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf
7. Mendes WG, Silva CMFP. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial. *Ciênc Saúde Coletiva* 2020;25(5):1709-22. doi: 10.1590/1413-81232020255.33672019
8. COFFITO. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº 424, de 08 de Julho de 2013, que estabelece o Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. Brasília: Coffito; 2013. Available from: https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=2346
9. Borges KP. Políticas para o ensino superior e a formação do fisioterapeuta no Brasil. *Rev Saúde e Pesquisa* 2014;7(3):531-40. Available from: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/download/3543/2496/>
10. Marinho MMA. Análise da qualificação dos profissionais de saúde no âmbito da formação acadêmica dos estudantes de medicina de Brasília para o atendimento da população LGBT no SUS [TCC]. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação; 2014, 28 p. Available from: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13208/1/2014_MarinaMeloArrudaMarinho.pdf
11. Tavares JS, Melo ACM, Silva SCR, Paulo APDS. Conhecimento dos estudantes da saúde acerca da Política Nacional de Saúde Integral à População LGBT e sua abordagem clínica como futuros profissionais. *Temas em Saúde [Internet]* 2019 [cited 2021 Jan 12];19(3):178-97. <http://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2019/09/19311.pdf>
12. Gomes SM. Formação em saúde sobre o cuidado à população Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual [Dissertação]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2020, 91 p. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30007>
13. Ferreira BO, Pedrosa JSO, Nascimento EF. Diversidade de gênero e acesso ao Sistema Único de Saúde. *Rev Bras Promoç Saúde* 2018;31(1):1-10. doi: 10.5020/18061230.2018.6726
14. Bonvicini KA. LGBT healthcare disparities: What progress have we made? *Patient Educ Couns* 2017;100:2357-61. doi: 10.1016/j.pec.2017.06.003

15. Cochran SD, Mays VM, Alegria M, Ortega AN, Takeuchi D. Mental health and substance use disorders among Latino and Asian American lesbian, gay, and bisexual adults. *J Consult Clin Psychol* 2007;75:785-94. doi: 10.1037/0022-006X.75.5.785
16. Blossich J, Foynes MM, Shepherd JC. Health disparities among sexual minority women veterans. *J Womens Health* 2013;22:631-36. doi: 10.1089/jwh.2012.4214
17. Fredriksen-Goldsen KI, Kim HJ, Barkan SE, Muraco A, Hoy-Ellis CP. Health disparities among lesbian, gay, and bisexual older adults: results from a population-based study. *Am J Public Health* 2013;103:1802-9. doi: 10.2105/AJPH.2012.301110
18. Ross MH, Setchell J. People who identify as LGBTIQ+ can experience assumptions, discomfort, some discrimination, and a lack of knowledge while attending physiotherapy: a survey. *J Physiother* 2019;65:99-105. doi: 10.1016/j.jphys.2019.02.002
19. Costa MB, Cândido JP, Bizerra PL, Muller KTC, Santos SJ, Nolasco GLP. Acolhimento no âmbito da saúde pública sob a ótica de transexuais. Saberes e Competências em Fisioterapia - Capítulo 31: Saberes e competências em fisioterapia, 2018. Atena. doi: 10.22533/at.ed.901180212
20. Brasil. Decreto Nº 8.727, de 28 de abril DE 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: DF; 2016. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>
21. Brasil. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde - 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde; 2011.28p. http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/AF_Carta_Usuarios_Saude_site.pdf
22. Brasil. Decreto Nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília: DF; 2011. https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html
23. Rocon PC, Wandekoken KD, Barros MEB, Duarte MJO, Sodré F. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trab Educ Saúde* 2020;18(1):e0023469. doi: 10.1590/1981-7746-sol00234
24. Rede Feminista de Saúde. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas – Promoção da equidade e da integralidade. Belo Horizonte; 2006. 43 p. http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/316_1172_dossiedasaude damulherlesbica.pdf
25. Cardoso MR, Ferro LF. Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2012;32(3):552-63. doi: 10.1590/S1414-98932012000300003

26. Costa CCP, Luiz CL, Sena AGN, Sousa KS, Sousa RMRB, Souto KMB. Saúde integral da população LGBT – II. Curso Promoção da Equidade no SUS – Fundação Demócrito Rocha – Universidade Aberta do Nordeste 2014;7:170-91.
<http://ava.fdr.org.br/course/info.php?id=30>
27. Rufino AC, Madeiro A, Girão MJBC. Sexuality education in Brazilian medical schools. *J Sex Med* 2014;11(5):110-17. doi: 10.1111/jsm.12476
28. Sehnem GD, Ressel LB, Junges CF, Silva FM, Barreto CN. A sexualidade na formação acadêmica do enfermeiro. *Esc Anna Nery* 2013;17(1):90-6. doi: 10.1590/S1414-81452013000100013
29. Universidade do Estado do Pará. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Comissão de reformulação do projeto pedagógico do curso. Projeto político-pedagógico do curso de fisioterapia. Belém: Universidade do Estado do Pará; 2016. 141p.
<https://paginas.uepa.br/prograd/index.php/downloads/ppc/ccbs/245-projeto-pedagogico-curso-de-fisioterapia/download.html>
30. Ferreira MCS, Campos SR, Ferreira APM. Repercussões da redesignação sexual masculino para feminino e a atuação da fisioterapia. *e-Scientia* 2018;11(2):8-16.
Available from: <https://revistas.unibh.br/dcbas/article/view/2402/pdf>
31. Bernardes BT, Resende APM, Stüpp L, Oliveira E, Castro RA, Bella ZIKJ et al. Efficacy of pelvic floor muscle training and hypopressive exercises for treating pelvic organ prolapse in women: randomized controlled trial. *Sao Paulo Med J* 2012;130(1):5-9. doi: 10.1590/S1516-31802012000100002
32. Morais AVC, Cortes HM. Cirurgia de redesignação sexual: implicações para o cuidado. *J Nurs Health* 2020;10(3):e20103002.
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/16773/11546>
33. Santos JS, Silva RN, Ferreira MA. Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem. *Esc Anna Nery* 2019;23(4):e20190162. doi: 10.1590/2177-9465-ean-2019-0162
34. Guimarães RCP, Cavadinha ET, Mendonça AVM, Sousa MF. Assistência à saúde da população LGBT em uma capital brasileira: o que dizem os Agentes Comunitários de Saúde? *Tempus, Actas de Saúde Colet* 2017;11(1):121-39. doi: 10.18569/tempus.v11i1.2327